

Debate sobre bebidas alcoólicas nos estádios não avança na AL

Projeto de lei não foi à votação na ordem do dia por falta de quórum

/ LEGISLAÇÃO

Joaquim Porto

joaquimp@jcrs.com.br

Desde 2008, a comercialização e consumo de bebidas alcoólicas nos estádios de futebol e ginásios de esportes no Rio Grande do Sul é proibido. A lei foi sancionada em abril daquele ano, em um projeto proposto pelo então deputado estadual Miki Breier. Desde então, projetos de lei (PL) já tramitaram pela Câmara de Porto Alegre, com finalidade de liberar as vendas das bebidas e, mesmo que aprovado, o PL foi vetado pelo prefeito. Além do RS, o estado de São Paulo é o único outro no Brasil que veta o comércio.

Atualmente, há o Projeto de Lei nº 3/2023, do deputado estadual e secretário do Esporte e Lazer do RS, Juliano Franczak - o Gaúcho da Geral (PP). O PL dispõe sobre a comercialização e o consumo de bebidas alcoólicas em arenas desportivas e estádios, sob algumas circunstâncias: será permitida a comercialização e o consumo exclusivamente de bebidas cuja gradação alcoólica não exceda a 14%; as bebidas deverão ser comercializadas por fornecedor devidamente habilitado e disponibilizadas ao público em recipientes plásticos descartáveis.

Nesse sentido, o projeto que estava previsto na ordem do dia da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) para ontem na Assembleia Legislativa (AL), não foi votado por falta de quórum. Como era o segundo item para votação, na próxima reunião será o primeiro e, seguirá assim até ser votado, barrando os demais projetos caso não haja votação. No momento da deliberação, estavam presentes nove parlamentares na comissão. No entanto, três deputados se abstiveram, o que reduziu o número mínimo necessário para continuidade dos trabalhos e levou à interrupção da reunião. Se aprovado, o projeto passa para o plenário. O desejo do parlamentar relator é votar o PL ainda este ano.

No meio futebolístico, em tempos de Copa do Mundo, se vê que a liberação para o consumo é livre. Por esse motivo, o deputado acredita que o RS está atrasado



TÂNIA MEINERZ/JC

Consumo de álcool está vetado desde 2008 no Rio Grande do Sul

perante a outros estados e países. “Ano que vem, vamos ter que debater isso novamente já que vai ter a Copa do Mundo Feminina, assim como na Copa de 2014, que ocorreu aqui no Brasil, quando foi pressionado e liberado durante o período”, disse o parlamentar, que ainda questionou “Será que são só os gaúchos que não sabem beber e se comportar?”.

Ainda no ramo do desporto, a Federação Gaúcha de Futebol (FGF), juntamente com seus clubes filiados, manifestou apoio à aprovação do projeto, com justificativa de que a proposta não trata de liberação irrestrita. Ao contrário, estabelece um modelo de regulamentação responsável, com regras objetivas, limitação de teor alcoólico, fiscalização, controle de venda, medidas educativas e exigências de segurança.

O parlamentar cita que seria de extrema importância para os clubes do Interior. “Os clubes estão preparando um manifesto para falar sobre a importância para a sua sobrevivência”. Apoiado nisso, o deputado estadual Guilherme Pasin (PP), que fez um pedido de prioridade para o tema na Assembleia, também acredita na diferença que possa fazer para os clubes, e diz que “a economia

dos times do interior depende dos comércios dentro dos estádios para se manterem”.

“Será que não temos condições de viver num estado com regras? Hoje temos reconhecimento facial e câmeras nas áreas interna e externa dos estádios. Precisamos ter regras claras para o consumo consciente de álcool e punir os eventuais agressores com o rigor da lei. São Paulo, que também proibia, já está avançando rápido para liberar. Não existem dados de aumento de violência em nenhum lugar que corrobore quase vinte anos de proibição”, afirmou Pasin.

O relator da proposta cita que algumas bancadas não querem fazer com que o projeto ande, a exemplo do Partido Social Democrático (PSD). Em resposta, a bancada diz que só formará posição quando o PL for ao plenário.

Já a Brigada Militar diz que trata-se de uma discussão legítima do Poder Legislativo, a quem compete avaliar e deliberar sobre o tema. “Cabe à autoridade cumprir e fazer cumprir a legislação vigente, adotando as medidas necessárias para garantir a segurança e a ordem pública, independentemente da decisão que venha a ser tomada”.

Expositores do Brique da Redenção denunciam ambulantes irregulares

/ SEGURANÇA

Cássio Fonseca

cassiof@jcrs.com.br

O Brique da Redenção, tradicionalíssimo em Porto Alegre, passa por um momento de conflito e insegurança. Destino das famílias nos domingos, a exposição volta a antiguidades e produtos artesanais hoje divide espaço com vendedores ambulantes, que estão em rota de colisão com os feirantes. No domingo, um novo capítulo agravou a situação, conta a presidente da Comissão Deliberativa dos expositores de antiquários do Brique da Redenção, Renita Stieler.

A exposição de carros antigos, que ocorre na avenida José Bonifácio, assim como o restante do Brique, se estabeleceu logo pela manhã e, em seguida, os ambulantes vieram reivindicar o espaço para se instalarem. Renita conta que, além de pedras nas mãos para arranhar os automóveis, também a ameaçaram: “A senhora chega bem cedo aqui né, uma mulher na sua posição, nesse horário, não percebe que aqui pode ser perigoso?”, teria dito um dos vendedores irregulares.

O problema já se estende há mais tempo, e indigna os expositores porque, para estar no Brique, é preciso passar por um edital da prefeitura. “Todos que estão expondo se inscreveram, passaram por triagem, por 90 dias de experiência e foram efetivados com seu nome publicado no Diário Oficial de Porto Alegre. É tudo muito regulado, tem que apresentar o atestado de antecedentes. E aí nós estamos com invasores, são pessoas que colocam a sua barraca ali sem nenhuma propriedade”, destaca a representante.

Ela ainda aponta que os ambulantes estão muito bem organizados e por lá comercializam produtos falsificados. “Vai um caminhão lá de manhã e descarrega sacolas

para eles, às 5 horas da manhã.” E em contato com o Executivo municipal, Renita diz que a fiscalização não tem atuado. Quando se colocam à disposição no local, as autoridades não permanecem por mais de 20 a 30 minutos e os ambulantes, que se retiram neste momento, voltam logo em seguida.

No caso do último domingo, Renita aponta que a Brigada Militar, na figura de dois brigadianos, foi responsável por uma fiscalização mais assídua. Depois de um primeiro momento em que o embate foi relatado, retornaram para uma segunda ronda, a fim de evitar que a situação escalasse. Ela destaca que ainda se trata de uma questão de descumprimento das leis.

Além de ser um patrimônio cultural oficial da cidade, o Brique possui dois textos na legislação que, na teoria, o protegem de qualquer intervenção. Na avenida José Bonifácio, entre a rua Santana, em frente ao Monumento do Expedicionário, e a avenida João Pessoa, em frente aos antiquários, não pode ter nenhum outro tipo de exposição. Outra lei aprovada, com quase dois anos, é que qualquer atividade comercial que seja de outros vendedores deve ter 30 m de distanciamento do Brique.

A prefeitura de Porto Alegre, por meio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Eventos, afirma em nota que “atua para coibir o comércio irregular em áreas de grande circulação”, e também dá o exemplo do Centro Histórico e da orla do Guaíba. A pasta reforça que as ameaças a expositores devem ser comunicadas imediatamente ao Sistema Municipal de Fiscalização em Porto Alegre (Sefis) e a Guarda Municipal, pelo telefone 153, “com o máximo de informações possível, para que as equipes possam agir conforme a gravidade da situação e acionar os órgãos de segurança competentes, quando necessário”.



RENITA STIELER/ARQUIVO PESSOAL/DIVULGAÇÃO/JC

Dezenas de comerciantes sem autorização se instalam no local